

Regras para salário são as mais polêmicas

Mudança pode ajudar a conter inflação, também favorecer a indexação informal

DENISE NEUMANN

No processo de desindexação da economia, marcado para iniciar em 1º de julho, a questão salarial é a que mais discussões está envolvendo. O presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Juarez Rizzieri, defende a total desindexação dos salários a partir de julho.

"O governo precisa desarmar essa armadilha", adverte Rizzieri, ponderando que a manutenção de qualquer mecanismo de indexação salarial impede uma queda mais brusca da inflação. "Enquanto persistir qualquer regra deste

tipo, a inflação não vai ceder", avisa.

Mas há o temor de que a ausência de regras favoreça a indexação informal e a atuação da Justiça do Trabalho, que possui tradição em conceder aos salários a reposição integral da inflação passada. O receio é compartilhado pelo ex-ministro da Fazenda Maison da Nóbrega, sócio da consultoria MCM, e por Edward Amadeo, professor da PUC carioca. "A livre negociação pode favorecer os acordos salariais nos setores oligopolizados", diz Mailson da Nóbrega.

"Enquanto a inflação for alta e o nível de atividade estiver aquecido, a existência de uma regra é in-

teressante para servir de referência nas negociações, diminuir o grau de conflito e evitar a adoção de cláusulas de gatilho nas negociações de data-base", pondera Amadeo.

Com um quadro de queda de inflação e economia desaquecida, a desindexação salarial fica mais fa-

cil, avalia o diretor do Lloyds Bank, Cláudio Lellis. Ele pondera que uma ausência total de regra, combinada com vendas em alta, favorece categorias organizadas e setores industriais concentrados, como a indústria au-

tomobilística. "As montadoras teriam facilidade em negociar aumentos de salário e repassá-los aos preços", observa.

**RIZZIERI
QUER
DESARMAR A
ARMADILHA**